

“EU JÁ SEI O QUE VOU FAZER”: comunicação contracolo- nial no semiárido nordestino¹

“I ALREADY KNOW WHAT I’M GOING TO DO”: counterco- lonial Communication in the Northeastern Semi-Arid Re- gion

Tereza Raquel Arraes Alves Rocha ²

Alexandre Almeida Barbalho³

Karine L. Narahara⁴

Resumo: Este artigo analisa o boletim *O Candeeiro*, produzido pelas organizações agroecológicas pertencentes à Articulação do Semiárido Brasileiro fundada em 1999 por coletivos de agricultores, técnicos, ativistas, ambientalistas e que atualmente está presente em toda região semiárida. A partir de um recorte de 18 edições produzidas pela Associação Cristã de Base, entre 2012 e 2024, analisamos como as narrativas ali presentes borram as fronteiras do excepcionalismo humano ao convocarem saberes que nascem da relação entre pessoas, plantas, bichos e clima. A partir da malha de temas que esse meio de comunicação fornece, escolhemos para esse artigo analisar o lugar da mulher sertaneja na sua produção contracolonial cotidiana em seus fazeres e afazeres.

Palavras-Chave: Comunicação Contracolonial. Semiárido. Nordeste.

Abstract: This article analyzes the bulletin *O Candeeiro*, produced by agroecological organizations belonging to the Articulação do Semiárido Brasileiro, founded in 1999 by collectives of farmers, technicians, activists, and environmentalists, and which is currently present throughout the entire semi-arid region. Based on a selection of 18 issues produced by the Associação Cristã de Base between 2012 and 2024, we examine how the narratives presented therein blur the boundaries of human exceptionalism by mobilizing forms of knowledge that emerge from the relationship between people, plants, animals, and climate. From the network of themes provided by this communication medium, we chose for this article to analyze the place of rural women from the sertão in their everyday countercolonial production through their practices and daily activities.

Keywords: Countercolonial Communication. Semi-arid. Northeast

1. Introdução

A história da Caatinga e do Semiárido⁵ é a história da resistência à colonização. Antônio Bispo dos Santos (2015;2023) rememora e localiza os conflitos da Guerra de Canudos/BA

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Doutoranda em Comunicação na Universidade Federal do Ceará, raquelparis8@gmail.com

³ Professor permanente do PPG em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia, alexandre.barbalho@uece.br.

⁴ Department of Anthropology, University of North Texas, kanarahara@gmail.com

⁵ O Semiárido corresponde aos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, uma área total de 1.335.298 km², cerca de 15% do território brasileiro. São 1.477 municípios, distribuídos do Maranhão ao Norte mineiro, Vale do Jequitinhonha e Espírito Santo, último estado a ser inserido na área de abrangência semiárida segundo o Conselho Deliberativo da

(1893), Caldeirão da Santa Cruz do Deserto/CE (1894) e Pau de Colher/BA (1935) como parte de uma longa história de guerras contracoloniais e que nunca acabaram; ao contrário, prolongam-se nos muitos modos de confluências e alianças entre pessoas indígenas, negras, periféricas e quilombolas que se dedicam a enfrentar e dismantelar o projeto colonial.

Em seus livros, textos e entrevistas Nego Bispo foi incansável em denunciar uma outra guerra, tão perversa quanto o extermínio dos corpos e que se utiliza da linguagem para subjugar e esvaziar ontologias, culturas e modos de existências: “O colonialismo nomina todas as pessoas que quer dominar” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p.6). Para o pensador quilombola imputar nomes é um princípio colonizador fundamental ao qual ele relaciona ao adestramento de animais, “pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome” (BISPO DOS SANTOS, 2015, p.27). Por isso ele reafirma: “A arte de dominar é a arte de nomear” (BISPO DOS SANTOS, 2019, p.78) e nos convida a desobedecer o projeto colonial contracolonizando a dimensão da linguagem, por meio do que ele chamou de “guerra de denominações: o jogo de contratriar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p.13).

E aqui é importante localizar o que Bispo compreendia por colonizar e contracolonizar: “Colonizar é subjugar, humilhar, destruir ou escravizar trajetórias de um povo que tem uma matriz cultural, uma matriz original diferente da sua” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p.16). Já contracolonizar, “é reeditar as nossas trajetórias a partir das nossas matrizes” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p.16). Essas duas denominações, contracolonização e guerra de denominações, são os dois princípios pelos quais se move este artigo. Eles são importantes pois a partir da guerra de denominações propomos estabelecer uma relação entre as lutas contracoloniais que acontecem na Caatinga e no Semiárido e a emergência de uma Comunicação pensada e realizada a partir de nossas matrizes e trajetórias.

Convocamos a contracolonialidade para pensar também o que estamos chamando de “narrativas compartilhantes”, ou seja, narrativas que carregam em si o poder da oralidade, das matrizes ancestrais e cosmológicas, e da relação compartilhante entre os muitos seres que habitam o território, que aqui não é uma paisagem ou ambiente no qual se processa a ação dos humanos, mas um domínio de emaranhamentos (INGOLD, 2015) vivo e pulsante em permanente diálogo entre pessoas, bichos, plantas e clima. Portanto, estamos interessados em

Sudene, na resolução 176/2024, publicada em 3 de janeiro de 2024, que ratifica as delimitações do Semiárido, os critérios técnicos e científicos e a relação de seus municípios, instituídos em 2021 pela proposição n. 151/2021.

revelar regimes de pensamentos que extrapolam a exclusividade humana e que reconhecem que outros seres fazem mundos e constituem a matriz ontológica e epistêmica da Caatinga e, portanto, a matriz epistêmica de uma comunicação reeditada em território caatingueiro.

O objeto de nosso estudo é o boletim *O Candeeiro*, produzido pelas organizações agroecológicas pertencentes à Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), organização fundada em 1999 por coletivos de agricultores, técnicos, ativistas, ambientalistas e que atualmente está presente em toda região semiárida, ou seja, todos os estados do Nordeste e Espírito Santo. Fizemos um recorte de 18 edições produzidas pela Associação Cristã de Base (ACB), organização agroecológica com sede na cidade do Crato/CE, entre 2012 e 2024.

Na bibliografia sobre *O Candeeiro*, temos três principais caracterizações que se complementam acerca do boletim: (1) relato de inovações, (2) experiências e (3) histórias de vida dos povos do Semiárido (BROCHARDT, 2013; ASA, 2018; ANGOLA, 2018; NASCIMENTO, 2018; RIOS, 2018). Essa caracterização se alinha aos “princípios da Educação e da Comunicação Popular, pois têm como base a certeza de que os processos de transformação, para serem reais, devem nascer dentro das próprias comunidades, sendo protagonizados por quem deseja fazer essas transformações” (ASA, 2018).

Entretanto, com esta pesquisa lançamos novas miradas sobre *O Candeeiro* e perguntamos: e se estivermos diante de muito mais que relatos de inovações, experiências e histórias de vida? E se estivermos diante de narrativas que borram as fronteiras do excepcionalismo humano porque convocam saberes que nascem da relação entre pessoas, plantas, bichos e clima? Para responder a essa hipótese e, a partir da malha de temas que esse meio de comunicação fornece, escolhemos para esse artigo analisar o lugar da mulher sertaneja.

O artigo está dividido em três partes, fora esta introdução e as considerações finais. Na primeira, situamos o que são a Articulação do Semiárido Brasileiro e o boletim *O Candeeiro*. Em seguida, discutimos como *O Candeeiro* possibilita a produção de narrativas contracoloniais. Por fim, analisamos a materialidade dessas narrativas a partir das experiências de vida de trabalhadoras sertanejas que são tematizadas no boletim.

2. Viver, sentir e pensar o semiárido: a Articulação do Semiárido Brasileiro e o boletim *O Candeeiro*

O documento fundador da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), “Declaração do Semiárido: propostas da Articulação Semiárido Brasileiro para a convivência com o semiárido e o combate à desertificação”, reúne propostas políticas e de governança para a convivência com o Semiárido, e foi lançado em Recife (PE), durante a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação (COP-3), ocorrida de 15 a 26 de novembro de 1999.

A “Declaração do Semiárido” é um documento histórico e resultou da mobilização inicial de 61 organizações em torno de um novo paradigma de soberania popular que quer, entre outras frentes, disputar as narrativas (escritas, visuais e audiovisuais) feitas sobre essa parte do território brasileiro. Como afirma o documento:

É disso que nós, da Articulação no Semi-Árido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal (ASA, 1999, p.2)

Para as 61 organizações ali representadas, “a convivência com as condições do semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje” (ASA, 1999, p.3). Isso representa um golpe na longa tradição de ações e políticas que normalizaram a guerra à Caatinga, ao Semiárido e aos povos caatingueiros. Conectar os processos ininterruptos de violências faz com que compreendamos, por exemplo, que o paradigma de combate à seca não é apenas uma política de estado assistencialista, ela é a própria lógica de guerra colonial sempre em curso, que trata a Caatinga e o Semiárido como zona de sacrifício para a expropriação econômica. É nesse contexto que a ASA assume um papel estratégico. Como situa Silva,

contra as políticas de *combate à seca* e o seu discurso regionalista, a ASA operará sua práxis em contraposição ao regionalismo “dominante”, configurando o que qualificamos como “regionalismo de resistência”. A inversão assumida tem como horizonte a consolidação de uma representação do sertão seco não mais como espaço-problema, mas como espaço-possível, *lócus* de uma vida comunitária, familiar, camponesa, onde as práticas tradicionais do “povo”, bem como os valores éticos-

políticos que as definem, se sobrepõem aos desmandos dos “coronéis” e dos latifundiários. Desenvolve-se, com efeito, uma representação do sertanejo enquanto sujeito inventivo, portador de soluções por seus próprios atributos sociais e culturais (Santos, 2016, p.23, grifo do autor).

Quatro anos depois de criada, a ASA já reunia centenas de organizações agroecológicas, sindicatos rurais, associações de agricultores, cooperativas, comunidades pastorais, grupos de jovens, coletivos de mulheres, entidades locais e regionais em torno do paradigma da Convivência. Estas alianças entre agricultoras/es e demais agentes da sociedade civil revelaram a perversidade das práticas violentas contra os povos⁶ e territórios catingueiros, mas também permitiram que o latifúndio mental colonial fosse apontado e denunciado como a fonte epistemicida e cosmocida das existências e conhecimentos caatingueiros, ou como pontua Jota Mombaça, “um projeto de constrição telepática” que produz “fronteiras e infraestruturas onto-epistemológicas” (MOMBAÇA, 2019, p.15). Deste modo, enfrentar as imagens e discursos atomizantes se tornou um dos principais trabalhos da ASA, um verdadeiro trabalho de recaatingamento narrativo que se estrutura por meio das políticas de comunicação implementadas em todas as organizações que a ela estão vinculadas.

A ASA chama de comunicadoras/es populares os integrantes da rede que possuem a missão de entrevistar, produzir boletins, vídeos, programas de rádio, redigir textos e alimentar as redes de comunicação institucional das organizações em que atuam. Não é exagero dizer que a Articulação possui o maior acervo visual e narrativo acerca dos povos do Semiárido brasileiro. São milhares de produtos de comunicação que incluem cartilhas, documentários, programas de rádio, livros, campanhas, publicações de diagnósticos, intercâmbios, experiências e os boletins que difundem e enaltecem as inovações, contemporâneas e ancestrais, adaptadas ao clima semiárido.

Com formação ou não em Jornalismo, as/os comunicadoras/es populares atuam de forma descentralizada, sendo responsáveis por criar, em aliança com as comunidades, um arquivo impressionante que reúne textos, vídeos, áudio e imagens das experiências e adaptação climática no Semiárido. Espalhados do norte de Minas Gerais ao Maranhão, centenas de comunicadoras/es alimentam cotidianamente esse arquivo que tem no site da ASA⁷ sua nucleação.

⁶ Aqui compreendidos enquanto humanos, rios, encantados, plantas, clima, bichos.

⁷ <https://asabrasil.org.br/>

Na Cartilha de Comunicação Popular no Semiárido (2019), desenvolvida durante oficinas regionais, em 2017 e 2018, envolvendo representantes de todos os estados do Semiárido brasileiro, se encontra um verdadeiro manifesto dos valores dessa comunicação “que não apenas informa, mas mobiliza pessoas e é capaz de defender uma causa e projetar uma ideia do povo para o povo” (ASA, 2019).

ao longo de sua trajetória, [a ASA] vem investindo numa comunicação para além do instrumental, focada em formações, oficinas, sistematizações de experiências, valorização da cultura local e, sobretudo, no trabalho em rede. Uma comunicação que expressa e fortalece o que é desenvolvido pelas comunidades, experiências que vêm sendo reconhecidas pela sua importância e multiplicadas Semiárido afora. (ASA, 2019, p.3)

Segundo Viviane Brochardt (2013), pesquisadora e jornalista que atuou por muitos anos na assessoria de comunicação Articulação, a política de comunicação em rede da ASA se inicia pela necessidade da sistematização das experiências colocadas em curso pelo programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Segundo a autora, elas nascem juntas e de forma concomitante aos produtos de comunicação. Assim, Brochardt caracteriza esta comunicação como “uma comunicação híbrida, com fortes elementos de popular – prática característica das organizações que compõem a Articulação – (...) como forma de interferir na agenda política a respeito do Semiárido, legitimar suas ações, entre outros objetivos. (BROCHARDT, 2013, p.75-76). Tese também corroborada por Catarina de Angola (2018) e Rosa Nascimento e Catarina de Oliveira (2018) que veem a comunicação praticada pela ASA como uma ação estratégica na política de convivência com o Semiárido.

Uma ação eficiente dessa comunicação é sua descentralização ao utilizar diversos meios de comunicação, entre eles o boletim impresso *O Candeeiro*, construído pela Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA. Brochardt (2013) ressalta que esses produtos de comunicação têm como objetivo facilitar a assimilação das experiências pelas agricultoras/es, celebrar a cultura e identidade regional.

Ao abrirmos o site da ASA, na aba “Comunicação”, encontramos esta descrição acerca dos boletins *O Candeeiro*, objeto do nosso artigo:

A valorização do conhecimento dos agricultores/as do Semiárido é uma bandeira da ASA. Para isso, promovemos o fortalecimento da rede de comunicadores populares no intuito de que as histórias e inovações camponesas possam ser lidas, ouvidas e vistas para além das fronteiras do Semiárido. Uma das estratégias para isso é a

produção do Candeeiro, um boletim que traz relatos das inovações das famílias e comunidades do Semiárido⁸.

O *Candeeiro* teve início dentro das atividades do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), programa criado pela ASA em 2007 com o objetivo de ampliar o estoque de água das famílias agricultoras⁹. Trata-se de periódicos impressos produzidos pelas organizações agroecológicas que fazem parte da ASA e podem ter uma ou duas páginas A4, frente e verso. São escritos em linguagem coloquial e, a depender da/o comunicadora/or popular, o texto será esquemático ou narrativo. O uso de cores e muitas imagens é uma estratégia para driblar a baixa instrução formal que, em geral, se presencia entre pessoas do campo. É possível encontrar os boletins em formato digital, hospedados no site da ASA, em formato impresso, nas sedes das organizações, ou nos muitos encontros de trocas de saberes entre pessoas agricultoras.

Seu principal acervo encontra-se no site da ASA¹⁰, no qual há uma página dedicada a eles. Pode-se fazer uma busca por estados utilizando as categorias “Tema”, “UF (Unidade da federação)” e “Categorias”. Ao abrirmos a página, diversos boletins já estão em destaque e podem ser acessados. Ao clicar sobre qualquer um, se é redirecionado para a página daquele periódico onde consta o título, data e uma breve sinopse, além da opção de baixar o arquivo em formato PDF.

3. A arte de recaatingar narrativas

Uma das coautoras do artigo se tornou estagiária de comunicação popular da ASA no final de 2003 junto Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (PATAC), organização agroecológica sediada em Campina Grande (PB), onde vivenciou a agroecologia, a convivência com o Semiárido e o modo de organização em rede entre técnicas/os, agricultoras/es, jornalistas, comunicadoras/es, educadoras/es, ativistas distribuídas/os em dezenas de organizações agroecológicas e sindicais espalhadas pela área de abrangência do território da Borborema.

Nesse território foi possível conhecer pessoas dedicadas a implementar e fortalecer ações e projetos de soberania popular que tinham como porta de entrada as tecnologias sociais

⁸ Disponível em <https://asabrasil.org.br/temas/comunicacao/>. Acesso: 10.fev.2026.

⁹ Nesta iniciativa, as tecnologias de acesso à água são construídas para garantir a estocagem de água - chamada de segunda água - para a produção, para o plantio e para a criação de animais. Disponível em: <https://asabrasil.org.br/projeto/p12/>. Acesso em: 27 de junho de 2025.

¹⁰ Ver: <https://asabrasil.org.br/conteudo/?conteudo=candeeiro>

de adaptação ao clima semiárido. Era impressionante chegar em comunidades que comungavam dos princípios da Convivência e ver a transformação que as cisternas de primeira e segunda água, os biodigestores, casas de semente crioulas, agroflorestas, os canteiros econômicos, barreiros trincheiras produziam nos sistemas alimentares das famílias agricultoras. Contudo, nada daquilo estava em jornais, programas de rádio ou sites. Assim, é de se compreender a urgência em produzir uma comunicação que narrasse aquela revolução silenciosa.

Entre 2013 e 2014, durante sua atuação como comunicadora popular na Associação Cristã de Base (ACB), a coautora escreveu nove edições de *O Candeeiro* com temáticas diversas: agrofloresta, segurança hídrica e alimentar, fóruns de políticas públicas, turismo comunitário, produtos da agricultura familiar. Foram escritos a partir das experiências realizadas nos municípios de Crato, Salitre, Potengi, Abaiara, Nova Olinda, todos pertencentes à região do Cariri cearense.

Era notória a satisfação das agricultoras/es quando recebiam os boletins, sejam com suas histórias ou com a história de outras/os agricultoras/es. Em geral, o que se escutava era que se ver e ter sua história narrada, além de motivo de orgulho, representava a valorização de suas trajetórias. Sim, pois os boletins além de difundir as experiências dos projetos realizados nos territórios, narram as histórias de vida das/os agricultoras/es com a intenção de promover o protagonismo, saberes e conhecimentos de sujeitos que por séculos foram retratados de forma perversa, racista e minorizados pela mídia hegemônica (BARBALHO 2005; 2025).

Para *O Candeeiro*, nº 1015, a coautora entrevistou em novembro de 2013 Maria Nilda Fechinne, ou Dona Nilda, uma agricultora familiar moradora da comunidade Baixa do Maracujá, localizada no município do Crato (CE), no platô da Chapada do Araripe. O objetivo era registrar seu quintal produtivo, no qual ela cultivava colorau, banana, hortaliças, abacate, manga, jaca e maracujá. Tudo isso resultado da oferta de água da cisterna de primeira água que ela havia recebido anos antes. Quando chegou na casa de Dona Nilda, ficou muito impressionada com seu dinamismo e espontaneidade. Ela não parava de sorrir, gesticular, apontar para cada cantinho de seu quintal com uma vivacidade e uma alegria lhe pegaram desprevenida. Na varanda de sua casa, escutou aquela mulher me contar que era viúva, mãe de dois filhos e que, muito nova, conheceu fome e sede.

Dona Nilda ia debulhando suas memórias e nelas não havia marcas de mágoa ou ressentimento, aliás, um traço recorrente em muitas outras agricultoras entrevistadas pela

coautora. Quando encerrou a entrevista, perguntou: “Dona Nilda, mas e quando a senhora tem seus dias tristes? Afinal, todas temos nossos dias de tristeza. O que a senhora faz?” Então, ela lhe levou até um pé de cajá e tocando nele, respondeu: “Minha filha, eu venho até aqui, dou um abraço nessa árvore, sinto a energia dela e daí, “eu já sei o que vou fazer”.

Dona Nilda vai se aconselhar com o pé de cajá. Em momentos de confusão, é a ele que pede orientação e, ao final, consegue. A explicação apresentada é que ele possui uma *energia*. Assim, a narrativa produzida pela agricultora se complexifica, pois agora sabemos que o conhecimento para lidar com os revezes cotidianos não surge de uma consciência apenas “humana”, desfazendo o paradigma da modernidade em que só os humanos criam e compartilham conhecimentos. Agora sabemos que os conhecimentos operados em seu quintal se dão também na relação com o pé de cajá; portanto, não há mais uma única protagonista, agora temos duas: a mulher dinâmica e resiliente que cultiva vida e relações em seu quintal e a árvore, o pé de cajá, seu sábio conselheiro, que a orienta a partir da energia que emana de seu corpo.

Ao atuar como conselheiro e regulador emocional de Dona Nilda, o pé de cajá, de forma indireta, também cuida dos outros seres ao redor. Nego Bispo nos informa que isso acontece porque somos seres compartilhantes e “no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham”. E ele segue: “Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo uma recíproca desse afeto. O afeto vai e vem. O compartilhamento é uma coisa que rende” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p.36). Para Bispo, o compartilhamento, como prática de fazer render a ação, o gesto, o afeto, não está restrita aos ditos seres humanos.

Além do compartilhamento e dos compartilhantes, Nego Bispo vai falar de envolvimento, vivenciado pelos *diversais ou orgânicos*, para confrontar o paradigma colonial do *desenvolvimento*, reproduzido pelos *humanistas ou sintéticos*. O desenvolvimento, ele descreve como a ideia de “tratar os seres humanos como seres que querem ser criadores, e não criaturas da natureza, que querem superar a natureza. (...) sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade.” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p.16). Já o envolvimento é vivenciado como os modos de vida dos seres diversos, amalgamados com a Terra e que tem como único propósito a continuidade e o compartilhamento de suas ancestralidades. Os diversos ou orgânicos são todos aqueles “que querem apenas viver como orgânicos, se

tornando cada vez mais orgânicos. Para os diversos, não se trata de desenvolver, mas de envolver” (BISPO DOS SANTOS, 2023, p.16).

Essas práticas de compartilhamento e envolvimento se conectam de forma inusitada a o que Tim Ingold, chama de “constituição relacional do ser”. O antropólogo se debruçou sobre o que conceituou de *lógica da inversão*, o paradigma ocidental no qual se acredita que “o campo de envolvimento do mundo” se dá do interior dos seres para o ambiente exterior. Segundo Ingold, nessa lógica que, diga-se de passagem, “está profundamente sedimentada dentro dos cânones do pensamento ocidental”, os seres e as coisas são herméticos e contidos dentro deles mesmos. Na lógica da inversão, o corpo cria um limite, uma barreira entre ele e o ambiente circundante - o organismo está “aqui”, o ambiente “lá fora” - que se constitui como uma fronteira que encapsula sua constituição interna: “Por meio de inversão, seres originalmente abertos para o mundo são fechados em si mesmos, selados por uma fronteira externa ou casca que protege a sua constituição interna do tráfego de interações com o meio envolvente” (INGOLD, 2015, p. 153).

Para desfazer essa inversão, ele apresenta o conceito de *malha*, que muito nos interessa, pois propõe que os seres e as coisas “são as suas relações”. Diferente da lógica da inversão - corpo aqui, ambiente lá - em que os seres são fechados e se conectam como uma unidade em si, a malha é a própria textura do mundo, composta pelos fios da vida que se entrelaçam, e pelos seres que, nesta perspectiva, são abertos e também se entrelaçam a ela. Um exemplo que Ingold oferece é pensar na malha como uma textura criada a partir de nós, “nós em um tecido de nós, cujos fios constitutivos, conforme se amarram a outros fios, em outros nós, compreendem a malha” (INGOLD, 2015, p.157).

Voltemos aos personagens de *Os Candeeiros*: pessoas, plantas, bichos, tecnologias, clima e demais seres em envolvimento. São compartilhantes, constituem a textura do mundo e são por ela constituídas. O conceito ingoldiano nos oferece duas perspectivas para analisar o boletim: a do campo relacional, entendido como algo aberto, radicular e que se espalha em forma de malha, e a do ambiente, visto como emaranhados que constituem a própria textura do mundo. Nessa perspectiva, os boletins tomam uma outra proporção, deixam de ser apenas um produto de comunicação, o “ambiente” - uma folha inerte sobre a qual repousam textos e fotografias acabadas e fechadas em si mesmas - para se tornar um domínio onde muitos fios se conectam formando uma textura diversa, aberta, que não está fechada em si mesma.

Assim, a partir das das chaves de leitura Nego Bispo e Ingold, identificamos nos 18 boletins que analisamos os seguintes campos de relações: Mulheres; Água; Convivência; Compartilhamento; Quintal produtivo; e Reencantamento do mundo. Estas palavras/categorias que elencamos não são estanques e ensimesmadas em si. Apontam campos de relações que aparecem listadas por pura função didática, mas se assemelha ao entrelaçamento de raízes, e pegando na mão de Nego Bispo, que nos lembra que a vida é início-meio-início, vamos seguir um desses fios para nos aprofundarmos nos campos relacionais de *O Candeeiro*: o campo *mulheres*.

4. Mulheres - Guardiãs e lavradoras de conhecimentos

Dos 18 boletins analisados para esse estudo, em nove, as mulheres aparecem ora como protagonistas ora como presenças destacadas em suas comunidades. Nesses boletins, elas ganham evidência por protagonizar o reencantamento de seus mundos e comunidades; construir e ampliar campos relacionais; e por atuarem como guardiãs e lavradoras dos saberes em seus territórios.

O número expressivo de Candeeiros narrando as muitas ações das mulheres reflete seu lugar fundamental para a manutenção das relações e transmissão dos conhecimentos em seus territórios. Evidencia também suas habilidades de liderança, inventividade e resistência, como agentes ativas no reencantamento de suas comunidades. Por exemplo, em *O Candeeiro*, nº2156, de julho de 2016, que leva o título “Mulheres do Semiárido dão vida a seus quintais”, vemos o grupo de mulheres do sítio Lírio, localizado em Santana do Cariri, construindo uma cisterna de placas modelo Chapéu de Padre Cícero¹¹.

¹¹ A Cisterna Chapéu do Padre Cícero é uma tecnologia social de convivência com o semiárido desenvolvida no intuito de ampliar o acesso à água para produção de alimentos em pequenas propriedades rurais. A cisterna tem capacidade para armazenar 52 mil litros de água e possui calçadão em formato circular, construído ao redor da cisterna. Esse conjunto, cisterna e calçadão circular, assemelha-se a um chapéu de onde surgiu o nome da tecnologia: Cisterna Chapéu do Padre Cícero.



Figura 01: artigo “Mulheres do Semiárido dão vida a seus quintais”

Fonte: O Candeeiro, nº2156, de julho de 2016

Daiane Mayara, Maria Augusta, Maria do Socorro e Maria Bernardete sabem que sem a cisterna não será possível fazer prosperar o Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)¹² que também será implementado no quintal de Maria do Socorro. Para *O Candeeiro*, ela dá o seguinte depoimento:

Em conversa ela fala da importância do projeto e da satisfação em ter em seu quintal algo que irá beneficiar a comunidade: “Não foi difícil ceder meu quintal. Será algo bom para todas envolvidas. Este projeto tem fortalecido nossas relações de amizade na comunidade, e o mais importante são mulheres que estão trabalhando em seu próprio quintal. Tem dado certo até agora e vai dar muito mais

Em geral, é no quintal de casa que encontramos as mulheres retratadas nos Candeeiros. E é justamente nesse quintal, um aparente microcosmo reduzido a atividades rotineiras e por onde perambulam pequenos animais, que as mulheres reencantam seus mundos internos e coletivos. Voltemos ao que Maria do Socorro declara. A frase “Não foi difícil ceder meu

¹²O Sistema PAIS é uma tecnologia voltada à produção de alimentos, organizando tudo de forma integrada. No centro ficam os animais e, ao redor, as plantas são cultivadas em círculos, com uma fonte de água por perto para garantir o uso consciente e equilibrado dos recursos. A ideia é que tudo funcione em harmonia, aproveitando ao máximo o que já existe na propriedade. Esse modelo ajuda principalmente a agricultura familiar, porque permite produzir comida saudável e ainda gerar renda para atender às necessidades básicas da família. Ele utiliza práticas e materiais que estão disponíveis na própria comunidade, de forma sustentável. No sistema, é possível cultivar hortaliças, plantas medicinais e ornamentais, frutas, culturas temporárias e até espécies que podem servir como fonte de madeira ou ser trituradas para ajudar na reposição de nutrientes do solo.

quintal” é desconcertante pois rompe com a lógica colonial da mercantilização da terra e evidencia seus lugares de coletividade. O que todo esse depoimento de Dona Socorro deixa nítido é a arquitetura de compartilhamento que as mulheres constroem no sítio Lírio. A desobediência ao patriarcado, à colonialidade e ao capitalismo constrói a malha coletiva que tece e é tecida por essas revoluções moleculares feitas pelas mulheres: “Este projeto tem fortalecido nossas relações de amizade na comunidade, e o mais importante são mulheres que estão trabalhando em seu próprio quintal”.

São revoluções silenciosas, urdidas em quintais de pequenas comunidades e protagonizadas por mulheres agricultoras, vistas pelo projeto colonial como seres desimportantes. Entretanto, são elas que rompem com os lugares historicamente destinados pelo patriarcado e pela colonialidade e fomentam práticas de não mercantilização da vida e da terra, o retorno às experiências comunitárias e a reativação de sonhos coletivos, como podemos ver em outros depoimentos retirados do mesmo número de *O Candeeiro*: “A expectativa que eu tenho é que vai ajudar muito, vai ajudar a unir a comunidade e trazer mais projetos, enquanto mulher é muito bom vem para melhorar nossa relação de grupo” afirma a jovem agricultora de 18 anos, Daiane Mayara; “Conheci esse projeto através das reuniões, recebi a outra cisterna totalmente diferente dessa. A dificuldade que encontrei foi porque elas são diferentes, mas estou aqui para ajudar minha amiga e era o sonho dela e estamos realizando o sonho dela.” afirma Bernadete, que faz parte do Grupo e recebeu a cisterna de segunda água através do P1+2. E Maria Socorro planeja: “O que vou produzir pra mim é muito importante são produtos sem veneno, é saúde para mim e minha família, para meus amigos e os clientes que irão aparecer.”

Já em *O Candeeiro* “Água e conhecimento transformam a vida no sítio Minguiriba”, nº891, Outubro-2012, produzido no Crato (CE), somos levadas até a propriedade de Maria do Carmo e Raimundo, no sítio Minguiriba. Mulheres, Água e Convivência são os campos de relações mais recorrentes que encontramos aqui, com Maria do Carmo sendo a protagonista dessa história. Em seu quintal, ela planta coentro, alface, pimentão, repolho, feijão de corda, couve, cenoura, cana de açúcar, fruteiras além de criar galinha e peru, tudo isso após a chegada das tecnologias que permitiram a relação e permanência da água.

A narrativa se constrói a partir do antes *versus* depois da chegada da cisterna de primeira água e da cisterna calçadão do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Dona Maria do Carmo, além de diversificar seu quintal com o cultivo de espécies variadas e pequenos animais,

retoma práticas de cuidado com o corpo da Terra, “preservando as espécies nativas e evitando o uso de adubos químicos e pesticidas”, além de abandonar o uso intensivo de fogo na roça:

Para limpar o terreiro e preparar a terra que irá receber a semente, somente a enxada ou rastelo. O fogo, só no fogão a lenha onde Maria prepara a refeição com alimentos que colheu no quintal. Este ensinamento a produtora faz questão de repassar aos agricultores da redondeza que também vêm mudando o jeito de lidar com a terra.

No último parágrafo do boletim, declara: “Eu trabalho por dois, mas trabalho feliz, o importante é ter condições para fazer isso, antes tudo era mais difícil. Agora me sinto capaz de produzir tudo, tenho água, e sei como usá-la, assim dá certo. O povo tem a mania de dizer que o tempo bom era o de antigamente, pra mim, o tempo bom é agora”. Esse tempo bom, a chegada da água, representa expansão e novas alianças entre os mundos de humanos, comunidades, plantas, bichos, tecnologias, clima.

Mas vejamos o que o comunicador¹³ nos conta: “Com a água de beber já garantida pela cisterna de 16 mil litros, a família agora aproveita os benefícios de utilizar a segunda água, armazenada pela cisterna calçadão, com a capacidade multiplicada para 52 mil litros de água”. Ou ainda: “O casal de agricultores Raimundo e Maria do Carmo faz parte de mais uma história de sucesso nas ações do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Eles conquistaram autonomia e qualidade de vida mesmo vivendo em uma região onde o clima traz adversidades, como a falta de água”. E o comunicador segue:

Depois que a cisterna calçadão foi construída na propriedade deles, nunca mais se falou sobre seca, exceto quando é para recordar o quanto a vida tem mudado de lá para cá. Antes nós bebíamos água de barreiro, era uma água escura e com gosto ruim, não tínhamos outra. Ficávamos duas semanas sem lavar a roupa de casa, só dava pra lavar de oito em oito dias.

Essa estrutura narrativa é recorrente em *O Candeeiro*, afinal, eles também são pensados pelas organizações como forma de publicização positiva das tecnologias disseminadas pela ASA. Entretanto, por vezes é tênue a margem na qual o texto se inclina a estereótipos associados ao Semiárido e seus povos. No intuito de celebrar a chegada das tecnologias de convivência, o comunicador flerta com a colonialidade de saber (GROSFOGUEL, 2016; LUGONES, 2008; QUIJANO, 2005; DUSSEL, 1992) ao construir no texto contrapontos de

¹³ Não temos acesso ao nome de quem escreveu e editou.

antes e depois da chegada das tecnologias, tornando a experiência de vida dos agricultores surge contornada pelo signo da escassez:

Depois que a cisterna calçadão foi construída na propriedade deles, nunca mais se falou sobre seca, exceto quando é para recordar o quanto a vida tem mudado de lá para cá. Antes nós bebíamos água de barreiro, era uma água escura e com gosto ruim, não tínhamos outra. Ficávamos duas semanas sem lavar a roupa de casa, só dava pra lavar de oito em oito dias.

Como dissemos, os boletins também são produtos de comunicação que se destinam, entre outras coisas, a publicizar ações de convivência com o Semiárido financiadas muitas vezes pelo Governo Federal. Assim, as tecnologias sociais são celebradas e colocadas em destaque sempre que possível, mas isso pode ter um custo: saturar a narrativa de um teor desenvolvimentista, no qual as famílias *recebem e aprendem* com as tecnologias. Aprender a manusear as tecnologias não é nenhum problema, afinal, quando uma família é selecionada para o Programa, se compromete em realizar oficinas de gestão dessa água. O problema aqui é a supervalorização da implementação, podendo descambar para o salvacionismo pela técnica e uma aparente desconexão das populações rurais com a produção dessas tecnologias, o que não é verdade.

Dona Ana ganhou um Candeeiro intitulado “Uma história de luta e resistência, uma mulher que tem resistido ao tempo”, Ano 10, nº2155, Julho/2016, Crato/CE. A primeira página do boletim apresenta uma imagem da agricultora em sua plantação, com postura altiva e mirando o horizonte. É uma imagem muito bonita, inspiradora e que posiciona Ana da Silva em seu lugar de protagonismo nas lutas das mulheres do campo, no Cariri cearense. A imagem altiva também a representa como a dona do mundo que ela mesma se intitula: “Eu fui dessas mulher que nunca foi só dona de casa. Toda a vida fui dona de casa e dona do mundo. Se precisar fazer uma viagem, ou qualquer coisa assim, eu não fico olhando o que tem pra fazer: arrumo a bolsa e vou embora pra um encontro, pra qualquer coisa.”

Dona de frases emblemáticas como: “Eu não sou letrada e não sei ler, mas sei das coisas”, a agricultora tem sua história narrada em um estilo épico, uma verdadeira jornada da heroína que se casa jovem, ultrapassa diversos obstáculos e adversidades, até se tornar a liderança e especialista reconhecida entre seus pares, principalmente pela participação ativa na ocupação das terras que veio a se tornar o Assentamento 10 de abril, primeiro assentamento de trabalhadoras e trabalhadores rurais a ser titulado no Ceará. Não à toa, dos Candeeiros

analisados apenas Dona Ana possui uma edição que extrapola a relação com as tecnologias e se dedica a enaltecer sua vida, a exemplo destas duas passagens:

Em 2011, ela foi escolhida para participar de uma série de entrevistas do Jornal o Povo, com o título "A vida entre a flor e a foice". Em 2014 recebeu do SESC o troféu Mulheres de Fibra do Crato, em homenagem ao dia das mulheres, a agricultora lembra 'Foi uma emoção tão grande, foi melhor que ganhar um carro na loteria. Estar ali no meio daquelas mulheres tudo importante e eu no meio me sentindo tão feliz. Ainda em sua trajetória de lutas, em 2015 teve a oportunidade de participar da 5ª Marcha das Margaridas em Brasília - DF.

Momento que ela coloca como uma das maiores experiências de sua vida. E com seus 62 anos participou da caminhada, segurando o painel do Cariri e bandeira. Sobre esta experiência, a agricultora ressalta: 'Se eu morresse hoje morreria feliz por ter tido saúde para chegar até aqui.'

Como bem sabemos, as mulheres rurais são um dos segmentos sociais que amargam um longo histórico de invisibilização, opressão patriarcal e exclusão de processos de autonomia financeira. Com base nos dados do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o estado do Ceará contabilizava 297.800 estabelecimentos da agricultura familiar. Desses, 59.700 tinham mulheres como responsáveis pela gestão da propriedade, o que corresponde a 20,1% do total de estabelecimentos familiares no estado. É importante destacar que os números apontam as mulheres como responsáveis pela gestão da propriedade e não como titulares da terra.

Já em nível de Brasil, as propriedades rurais comandadas por mulheres representam cerca de 5% da área rural brasileira, evidenciando a persistente desigualdade de gênero na estrutura fundiária do país, conforme matéria publicada pela Agência Brasil em 1º de dezembro de 2016¹⁴. O dado apresentado na reportagem tem como base levantamento divulgado pela Oxfam Brasil, que analisou a distribuição da terra sob a perspectiva de gênero e destacou a discrepância entre a participação das mulheres na população brasileira, aproximadamente metade do total, e sua reduzida presença como titulares de grandes extensões de terra. Entretanto, como vimos nos inúmeros relatos dos Candeeiros são elas as guardiãs e lavradoras de saberes e ancestralidades.

Segundo Nelzilane Oliveira (2025), geógrafa e técnica de campo com larga experiência em assistência técnica rural nos territórios semiáridos, em especial no Cariri cearense, "quando a gente começa a visitar as famílias, as casas das pessoas do Semiárido, um dos lugares que a

¹⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-11/propriedades-de-terra-comandadas-por-mulheres-representam-cerca-de>. Acesso em: 22 fev. 2026.

gente consegue perceber que as mulheres são as protagonistas dessa história é quando a gente é convidado a conhecer o terreiro de casa”. A coautora entrevistou Nelzilane na casa de Dona Ana em janeiro de 2025, para a realização do mini-documentário “Caatinga: dos saberes da Terra à adaptação climática”. Continua Oliveira:

E o quintal produtivo é conhecido amplamente no Semiárido como 'terreiro de casa'. E é no terreiro de casa que a gente consegue perceber que a vida pulsa no Semiárido. Que são as mulheres que conseguem garantir, através das tecnologias sociais — como as cisternas de produção —, um quintal produtivo abundante. Você consegue ver uma horta, consegue ver um pomar, consegue ver as galinhas, o porco, as plantas medicinais... E aí, quando você pergunta pra elas o que é que elas fazem, elas dizem: 'A gente não faz nada'. Mas quando a gente entra no terreiro delas, você consegue perceber a dimensão do quanto de coisas é possível dentro de um hectare, por exemplo, uma tarefa de terra. E elas é que fazem isso, porque esse cuidado em volta da casa, historicamente, foi das mulheres.

É nítido que o quintal, a roça, são núcleos de força para as mulheres rurais do Semiárido. Alaíde Oliveira, ao pesquisar os quintais produtivos na região do Cariri cearense, os qualifica como um “laboratório vivo”, permitindo às/aos agricultoras/es experimentarem uma diversidade de “práticas agrícolas e pecuárias que envolvem conhecimentos novos e tradicionais, permitindo liberdade de pensamento e trabalho no manejo diário no quintal, ou seja, os Quintais Produtivos possibilitam a intensificação da autonomia da mulher e do homem do campo em seus experimentos”. É no quintal produtivo que se dá “a construção de saberes dos quais resultam da observação constante, da troca de experiências ou até mesmo das tentativas inovadoras de técnicas e trabalho, por sua vez adaptados a realidade” (OLIVEIRA, 2019, p.40).

Considerações finais

Ao longo deste artigo, partimos da hipótese de que *O Candeeiro* não pode ser reduzido a um instrumento de sistematização de experiências ou a um produto de comunicação popular voltado à difusão de tecnologias sociais. Ao analisarmos 18 edições produzidas pela ACB entre 2012 e 2024, buscamos demonstrar que estamos diante de algo mais complexo: um domínio relacional no qual se entrelaçam humanos, plantas, água, tecnologias, clima, afetos e ancestralidades.

A partir das categorias de contracolônização e guerra de denominações, formuladas por Antônio Bispo dos Santos (2015; 2023), e da noção de malha desenvolvida por Tim Ingold (2015), propusemos revelar regimes de pensamentos que extrapolam a exclusividade humana e que reconhecem que outros seres fazem mundos e constituem a matriz ontológica e epistêmica da Caatinga e, portanto, a matriz epistêmica de uma comunicação reeditada em território caatingueiro. Nesse sentido, *O Candeeiro* opera como prática de recaatingamento narrativo: desloca o Semiárido da posição histórica de espaço-problema para afirmá-lo como espaço-possível, território de invenção, saber e compartilhamento.

Mesmo as mulheres sendo responsáveis por apenas 20,1% das propriedades familiares do estado do Ceará, a análise do campo relacional “Mulheres” revelou que em seus quintais produtivos, esses laboratórios vivos de experimentação agroecológica, as mulheres constituem arquiteturas de compartilhamento que tensionam o patriarcado, a colonialidade e a lógica mercantil da terra. Ao ceder o quintal, ao cultivar sem veneno, ao articular redes de amizade e produção, as mulheres constroem malhas coletivas que protegem e cuidam da vida para além do humano e da racionalidade competitiva que estrutura o capital.

Ao mesmo tempo, identificamos tensões internas às narrativas analisadas. Em alguns momentos, a estrutura discursiva do “antes e depois” da chegada das tecnologias pode reforçar paradigmas desenvolvimentistas e de inferiorização epistêmica no qual, reatualizando a lógica salvacionista da técnica frente aos saberes ancestrais dos povos do semiárido. Reconhecer essa ambivalência não fragiliza a experiência comunicacional da ASA; ao contrário, permite compreender que a disputa de narrativas é permanente e que a contracolônização da linguagem é um processo aberto e sempre em disputa no jogo de contrariar as denominações coloniais.

Portanto, a principal contribuição deste trabalho ao campo da Comunicação reside na proposição de uma leitura contracolônial que ultrapassa o entendimento instrumental da comunicação popular. Ao interpretar *O Candeeiro* como ambiente relacional, deslocamos a análise do plano informacional e pedagógico para o plano ontológico e epistêmico dos povos da Caatinga. Comunicação, aqui, não é mera transmissão de mensagens, mas prática de envolvimento, compartilhamento e constituição de mundos constituídos nas altas temperaturas caatingueiras.

Assim, as narrativas compartilhantes que emergem das relações em território caatingueiro desafiam o excepcionalismo humano e convocam uma sensibilidade ampliada para uma cosmopercepção na qual árvores aconselham, águas reorganizam cotidianos, quintais

produzem autonomia e mulheres reencantam o mundo. Se o projeto colonial opera pela imposição de nomes, modos únicos de habitar e a perpétua exploração dos corpos humanos e não-humanos, as narrativas analisadas afirmam outras formas de existência e conhecimento, enraizadas na experiência, na ancestralidade e no vínculo com a Terra.

Referências

- ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Declaração do Semiárido: propostas da Articulação Semiárido Brasileiro para a convivência com o semiárido e o combate à desertificação**. Recife, PE: ASA, 26 nov. 1999. Disponível em: <https://asabrazil.org.br/publicacao/declaracao-do-semiarido/>. Acesso em: 12/02/ 2026.
- ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Cartilha de Comunicação Popular no Semiárido**. Recife: ASA Brasil, 12 nov. 2019. Disponível em: <https://asabrazil.org.br/publicacao/cartilha-de-comunicacao-popular-no-semiarido/>. Acesso em: 12/ 02/2026
- ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Comunicação popular no Semiárido: um caminho para o fortalecimento da denúncia, da resistência e da luta por mais qualidade de vida**. Recife: ASA, 2018.
- BARBALHO, A. Mídia Negra e Demandas da Sociedade: uma análise da consulta pública sobre o Plano Nacional de Comunicação Antirracista. **Comunicação & Inovação**, v. 26, p. 01-19, 2025.
- BARBALHO, A. Cidadania, minorias e mídia. In: BARBALHO, A; PAIVA, R. (Org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005, v. 1, p. 27-39.
- BISPO DOS SANTOS, A. **Colonização, Quilombo: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.
- BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- BISPO DOS SANTOS, A. Somos da terra. In: CARNEVALLI, F. et al. (org.). **Terra: antologia afro-indígena**. São Paulo; Belo Horizonte: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.
- BROCHARDT, V. **Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no Semiárido: a experiência da ASA**. 2013. 231 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- DUSSEL, E. **1492: O encobrimento do outro – A origem do “mito da modernidade”**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GROSGOUEL, R.. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016. .
- INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, 2008
- MOMBAÇA, J. Prefácio. In: FERREIRA DA SILVA, De. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imagem Política e Living Commons, 2019.
- NASCIMENTO, R; OLIVEIRA, C. A sistematização de experiências nos processos de comunicação dos agricultores: uma discussão a partir do boletim *O Candeeiro*. In: **Educação como forma de socialização**. Volume 7. [S.l.], 2018. Cap. 5. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51939/1/2018_capliv_rcnascimento.pdf. Acesso em: 12 fev. 2026.
- NASCIMENTO, R. **O Candeeiro como sistematização de experiências: uma etnografia da circulação, dos usos e apropriações em Lagoa do Juá**. 2018. 185 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

OLIVEIRA, A. **Quintais produtivos como elementos de educação contextualizada ao semiárido cearense: saberes e fazeres**. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) — Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais — perspectivas latino-americanas**, CLACSO, Buenos Aires, 2005.

RIOS, L. **Comunicação popular e convivência com o semiárido: a experiência do SASOP com o boletim O Candeeiro no Território do Sertão do São Francisco da Bahia**. 2017. Dissertação (Mestrado) — Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 26 jun. 2018. Disponível em: repositório institucional da UFBA

SILVA, C. A. O. **Comunicação para o desenvolvimento na Articulação Semiárido Brasileiro (ASA): análise de representações sociais sobre mulheres no boletim O Candeeiro**. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) — Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.